

Jornal da Manhã (GO) – 08/09/2010

"Erros do governo desvalorizaram Celg"

<http://site.dm.com.br/noticias/politica-e-justica/-erros-do-governo-desvalorizaram-celg->

Instituto Acende Brasil condena direcionamento para a Eletrobras na operação montada por Jorcelino Braga e Alcides

Daniela Gaia - Da editoria de Política & Justiça

O presidente do **Instituto Acende Brasil**, **Claudio Sales**, critica a negociação conduzida pelo Governo do Estado de Goiás para conseguir o empréstimo de R\$ 3,728 bilhões para quitar a dívida da Celg e viabilizar a empresa economicamente. Para **Sales**, a alternativa correta seria o governo criar um processo competitivo, ou seja, uma licitação para que outras empresas e não apenas a Eletrobrás pudessem oferecer um padrão diferente de gestão à Celg, o que abriria a companhia para um modelo gerencial de mercado, em vez de realizar o empréstimo com o governo federal e simplesmente entregar a empresa para a Eleleetrobrás.

"O fato do Governo Alcides insistir no processo de transferência de ações da Celg exclusivamente para a Eletrobras prejudicou e desvalorizou a Celg. A participação exclusiva da Eletrobras no controle administrativo da companhia, sem que essa escolha tenha sido feita por meio de um processo competitivo, em que empresas estatais e privadas pudessem disputar a possibilidade de indicar a melhor oferta para a Celg ou para o Governo de Goiás, não é uma solução inteligente. É um erro. A abertura da Celg à competição no mercado privado traria menor custo para a sociedade, além de ser um processo mais transparente e vantajoso para a estatal.", disse o presidente do **Instituto Acende Brasil**.

Claudio Sales disse ainda que o Governo de Goiás colou questões políticas acima de dados técnicos que seriam importantes para auxiliar na gestão da empresa. "As questões econômicas e técnicas da solução do problema financeiro da Celg foram deixadas em segundo plano. Mas, se o projeto inicial, de utilizar os recursos da Reserva Global de Reversão (RGR) - fundo composto por encargos embutidos na conta de luz - estivesse prevalecendo, a questão política estaria muito mais em jogo. Prevaleceu o bom senso e não se pôde contar com o RGR para resolver problemas individuais de concessionárias, pois não foi para isso que o fundo foi constituído".

Na época em que a utilização de recursos do RGR foi cogitada como solução para a Celg, que receberia recursos do Fundo e teria a sua gestão repassada à Eletrobrás, **Claudio Sales** publicou artigo na página 2 do jornal o Estado de S. Paulo criticando a operação. Ele chegou a chamar a atenção do Ministério Público Federal para o assunto, o que acabou inibindo tanto o Palácio do Planalto quanto a Eletrobras, que desistiram da solução.

Claudio Sales também condena a discussão sobre a solução para a Celg em pleno período eleitoral. Mas ele prefere não abordar esse aspecto da questão. "Isso é debate político e eu acho que a Celg não pode fazer parte dessa discussão, a saída para a companhia tem de ser técnica, em primeiro lugar, e tem de preservar o interesse da sociedade, em segundo lugar", completa o presidente do **Instituto Acende Brasil**. "Prefiro não fazer esse tipo de análise porque do ponto de vista dos estudos que fazemos no instituto, temos que ter um olhar sobre o problema de forma muito objetiva, distante do calendário eleitoral", afirma.

Claudio Sales atua no setor elétrico há 15 anos e foi membro do Conselho de Administração de empresas como Cemig, Energisa e Energipe. O **Instituto Acende**

Brasil estuda o desenvolvimento de ações e projetos para aumentar o grau de transparência e sustentabilidade do setor elétrico brasileiro.

Na última semana, o governador Alcides Rodrigues (PP) esteve em Brasília para definir como será a contratação do empréstimo com a Caixa Econômica Federal (CEF), banco que disponibilizará o dinheiro teoricamente destinado a sanear financeiramente a Celg. As negociações ainda não foram esclarecidas pelo governo, mas sabe-se que além da verba de R\$ 1,2 bilhão da primeira parcela a ser liberada em novembro, o governo tenta conseguir um adiantamento de R\$ 750 milhões, a ser descontado da segunda parcela, para pagar o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido aos cofres estaduais.

As discussões em torno do processo de recuperação da Celg já duram quase três anos. Há suspeitas de que o governador Alcides Rodrigues usaria a empresa para fazer caixa para o Estado, no apagar das luzes da sua sugestão, com a intenção também de viabilizar recursos para obras nos municípios e buscar apoio para o candidato da base governista, Vanderlan Cardoso.